

É preciso inovar

Já há alguns anos, mais acentuadamente nos dois últimos, o Distrito Federal vem enfrentando o sério problema da paralisação prolongada das aulas na rede oficial por força de greves. Além disso, é conhecido o fato de que a qualidade da escola pública decaiu sensivelmente no Distrito Federal como o evidencia a dificuldade que os seus alunos enfrentam ao serem transferidos para a rede particular. Aparentemente, há um imbróglcio ideológico embutido na reivindicação salarial dos professores, tanto que, este ano, despertado para a circunstância, parte significativa do corpo docente não aderiu ao movimento.

Achamos que se deve refletir em outra direção nesse cenário de crise continuada em que se envolveu o ensino público no País, especialmente em Brasília. Talvez seja o caso de se partir para a experiência da sua privatização, iniciando-se aqui e se estendendo pelo País se obter êxito. O ensino gerenciado diretamente pelo governo tem revelado grande complicação desde que a greve no setor público passou a ter base constitucional. A reivindicação tornou-se insaciável porque em geral se tem como inesgotável o cofre do Estado. Além disso, os critérios de seleção de professores, quando aplicados pelo poder público, são generosos e flexíveis, dando lugar à queda da qualidade do ensino.

A Constituição obriga o poder público a prestar serviços educacionais de 1º grau gratuitos a todos, não significando a obrigação que deva também administrá-los. A escola pode ser privada desde que o Estado pague as despesas de cada um dos matriculados, como o manda o seu dever constitucional. Ao invés de pagar professores, material esco-

lar e tudo mais que concerne à administração de uma escola, o governo poderia emitir um cheque a favor de cada aluno matriculado através do qual ele pagaria a escola que, livremente, houvesse escolhido.

O método teria a vantagem de transferir aos empresários os ônus dos quais decorre a greve, estando desde logo claro que serão muito mais leves do que os atuais, como o prova o fato de raramente ocorrer greve em escola particular. Teria também a saudabilíssima vantagem de estabelecer a concorrência entre escolas, através da qualidade do ensino, com ganho evidente para a população escolar.

A estrutura física atual, de propriedade do Estado, no primeiro momento poderia ser locada às novas empresas educacionais, podendo elas serem constituídas pelo próprio corpo docente de cada estabelecimento. Se a experiência se revelar vitoriosa, a base física poderá ser no futuro alienada.

É uma idéia nova, sem dúvida, por isso susceptível de despertar reações contraditórias. Mas o Estado brasileiro precisa inovar, criar soluções não convencionais como forma de encontrar o caminho mais racional da realização dos seus objetivos e deveres. Nesta era de alta informatização, não vemos dificuldade alguma na operacionalização de um modelo como o preconizado, ressaltando-se o benefício colateral de que a Secretaria da Educação passaria a dedicar-se, neste caso, às suas funções típicas, basicamente a regulamentação pedagógica e a fiscalização. Os deveres constitucionais e os fins sociais estariam amplamente cumpridos na eventualidade de chegarmos a esse resultado.